



## Relatório INSP-2019-0054

### 1 – Dados gerais

#### 1.1 - Inspeção

**Data:** 09/05/2019      **Hora:** 12:05      **Tipo:** Denúncia (DEN-2019-0058)

**Inspetor responsável:** João PRFB. Silva

**Outros inspetores da IRA:** António MR. Moutinho

**Outros técnicos de entidades oficiais:** ---

#### Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

Deslocámo-nos ao terreno onde se encontrava a deposição ilegal de resíduos denunciada, com a devida autorização dos proprietários, e ao local da obra do denunciado (habitação do mesmo).

No local da obra do denunciado foi contactado o Sr. Paulo Jorge Areias Martins (denunciado) e a sua esposa.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

#### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Paulo Jorge Areias Martins

**NIPC/NIF:** 176575502

**Sede/morada:** Canada das Mercês, 44

**Código Postal:** 9700-351

**Freguesia:** Feteira

**Concelho:** Angra do Heroísmo

**Ilha:** Ilha Terceira

**Telefone:** ---

**e-mail:** ---

**Representante:** Paulo Jorge Areias Martins

**Cargo:** ---

#### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Deposição ilegal de RCD's

**Endereço:** Canada da Praia, Feteira (caminho M1019)

**Código Postal:** ---

**Freguesia:** Feteira

**Concelho:** Angra do Heroísmo

**Ilha:** Ilha Terceira

**Responsável do estabelecimento:** ---

**Cargo:** ---

**Telefone:** ----

**e-mail:** ---

Atividade: ---

CAE: ---

Período de funcionamento: ---

Licenciamento da atividade: ---

Coordenadas DMS:

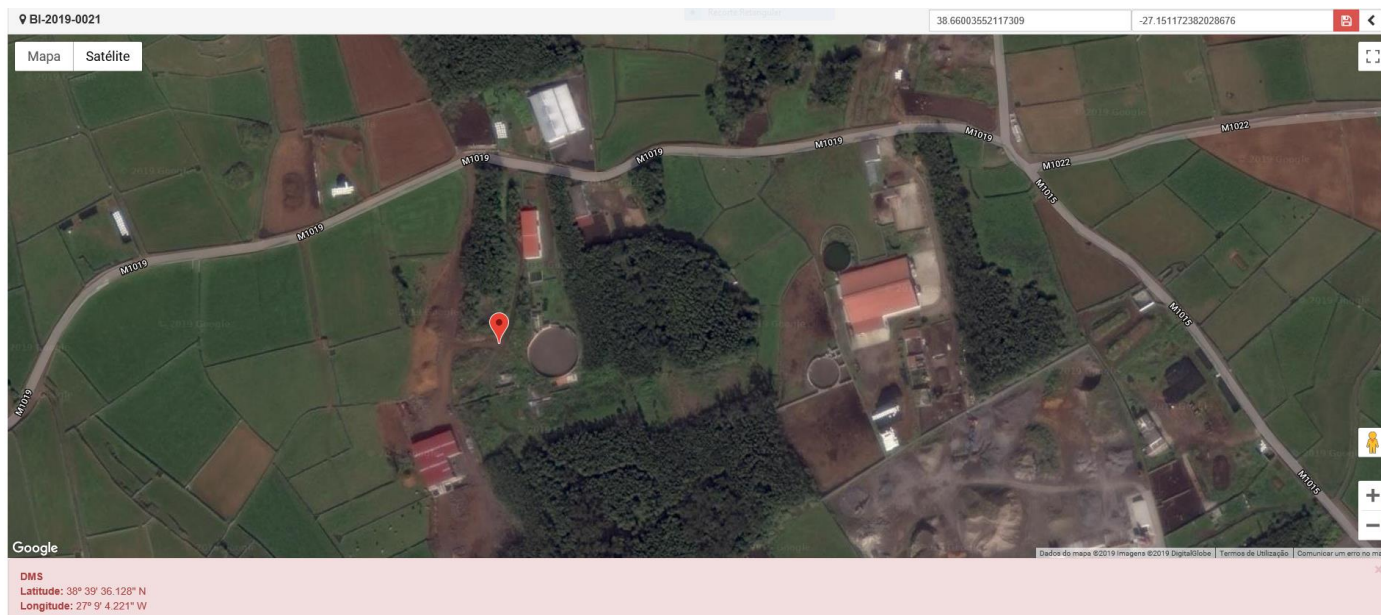


Figura 1: Localização do local inspecionado.

## 2 – Situação observada

No local da deposição ilegal denunciado confirmámos a existência de entulhos, contendo mosaicos de cerâmica com padrões bem identificados, tubagens de água e de esgoto, etc. Foi possível concluir que, pelo menos, parte dos entulhos tinha origem na demolição de uma casa de banho ou de uma cozinha (fotos 1 e 2).

De seguida deslocámo-nos à casa do denunciado onde falámos com a sua esposa, uma vez que o Sr. Paulo Martins não se encontrava em casa, que o contactou para que viesse a casa prestar alguns esclarecimentos.

A esposa mostrou-nos a obra que estavam a fazer em casa, que incluiu a demolição de uma casa de banho antiga, podendo-se verificar que no entulho presente no local da obra, estavam mosaicos de cerâmica iguais aos encontrados no local da deposição ilegal (fotos 3 e 4).

Quando chegou, o Sr. Paulo Martins disse-nos que tinha colocado os entulhos no terreno em causa porque o sobrinho, que seria o proprietário, ia fazer obras e ia entulhar o local, não tendo, no entanto, qualquer autorização explícita do mesmo para que os depositasse lá. Foi informado que não o podia fazer e que teria de entregar os entulhos/resíduos a um operador licenciado. O infrator não acatou bem as informações que lhe foram dadas, tendo ainda questionado a autoridade dos inspetores e se os mesmos tinham descoberto a deposição por terem entrado num terreno privado sem a devida autorização do proprietário.

De seguida deslocámo-nos à casa do proprietário do terreno em causa onde falámos com o próprio, com a esposa e com o filho. Foi-nos garantido que nenhum deles pediu nem deu autorização ao Sr. Paulo Martins para depositar entulhos no terreno.





Foto 1 – Local da deposição ilegal de resíduos.



Foto 2 – Pormenor dos mosaicos no local da deposição ilegal.



Foto 3 – Entulho no local da obra do denunciado.



Foto 4 – Pormenor dos mosaicos no local da obra do denunciado.



### 3 – Infrações/irregularidades detetadas

Foi detetada a seguinte infração/situação irregular:

- a) Depositou resíduos de construção e demolição (RCD) num terreno privado, sem autorização do proprietário. Incumprimento do dever de encaminhar os resíduos não perigosos para locais licenciados para a realização de operações de gestão de resíduos, em violação do disposto no n.º 4 do artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, constitui contraordenação ambiental grave prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de € 2000 a € 20000 em caso de negligência e de € 4000 a € 40000 em caso de dolo.

### 4 – Indicações e medidas adotadas

#### 4.1 – Indicações transmitidas

O infrator foi informado que não podia depositar os entulhos (contendo vários tipos de resíduos) em local não licenciado para tal. Teria de entregar os entulhos/resíduos a um operador licenciado. Quanto ao depositar num terreno em obras para regularização do mesmo, só o poderia fazer com terras e rochas limpas (sem resíduos), num terreno com licença de construção ou loteamento e com a devida autorização do proprietário.

#### 4.2 – Medidas adotadas

Notificação para remover os resíduos descarregados no local e entregá-los em local adequado (operador de gestão de resíduos licenciado).

Angra do Heroísmo, 16 de julho de 2019

O Inspetor

(João Paulo Resendes Fernandes Bettencourt da Silva)